

Economia

& NEGÓCIOS

Econ. Brasil

Com déficit fiscal é difícil baixar juros

Se cortar taxas sem arrumar suas contas, o governo estimulará especulação e consumo, dizem analistas

ANGELO PAVINI

A proposta do presidente Itamar Franco de reduzir as taxas de juros gradativamente para que o País volte a crescer vai depender de o governo reconquistar a confiança da sociedade, por meio de reforma fiscal que evite emissões de moeda e o endividamento do Estado, alertam consultores do mercado financeiro. Sem isso, afirmam, a inflação pode acelerar-se novamente.

Na semana passada, por exemplo, grandes investidores recebiam 28,88% brutos e 27,50% líquidos por cruzeiros aplicados em CDB, enquanto empresas pagavam, em média, 30% ao mês por empréstimos de 30 dias. Descontada uma inflação de 25%, essas taxas equivalem a 2% reais de ganho para o aplicador e 4% reais de custo para a empresa.

Para pessoas físicas, juros estão por volta de 35% ao mês, um juro real de 8% ao mês. Para Paulo Mallmann, diretor de Tesouraria do BMC, só será possível reduzir os juros depois de o governo acertar seu caixa. "Sem isso, a redução dos juros poderá levar à troca das aplicações pelo consumo, elevando a inflação".

Juros reais positivos são uma forma de manter o dinheiro em aplicações financeiras, longe do consumo, o que segura a inflação e provoca recessão. Juros altos também inibem as empresas a emprestar para investir, o que adia projetos e aumenta a recessão.

Nos últimos 12 meses, juros positivos foram a principal arma contra a inflação, atingindo os mais altos níveis desde o início do governo Collor (ver ao lado). Principal toma-

dor de recursos do mercado, é o governo quem determina os juros, ao vender seus papéis aos bancos nos leilões semanais do Banco Central. Do dinheiro aplicado nos bancos em CDBs e RDBs, quase a metade, em alguns casos, termina aplicado em títulos públicos.

Juros elevados atraíram dólares de investidores externos. Empresas brasileiras também emprestaram do Exterior para aplicar no mercado interno, aumentando as reservas do País e a dívida pública. Segundo o consultor Alberto Borges Matias, da Austin Assis, a dívida pública fora do Banco Central passou de 2,18% do Produto Interno Bruto (PIB) em junho de 1991 para 8,34% em julho deste ano.

A dependência do mercado com o governo aumentou com a baixa da procura por crédito. "Este ano os

bancos tiveram queda real de 20% no volume de empréstimos, parcela que foi transferida para títulos do governo", explica Paulo Mallmann. Com mais dinheiro no mercado (liberações de cruzados e dólares de exportadores) os bancos aumentaram aplicações em títulos públicos, afirma. Em junho, negócios com títulos do governo, estimados em US\$ 13,9 bilhões, superavam os US\$ 10,8 bilhões negociados com títulos privados. Aplicações em CDB cresceram de US\$ 15 bilhões em junho de 1991 para US\$ 24,7 bilhões em 1992. Empréstimos caíram de US\$ 24,4 bilhões em 1991 para US\$ 22,7 bilhões em junho de 1992.

■ Mais informações na página 3

SUAS CONTAS
 Consulte
 Suas Contas
 na Pág. 6